

SEMINÁRIO TRE

“Esperamos que os conhecimentos sejam repassados”, diz Juiz Eleitoral

>> **Rosi Oliveira**
Redação DS

Com o objetivo de entrosar e difundir o conhecimento a cerca do Direito Eleitoral na classe política, no meio acadêmico, sociedade, candidatos, representantes partidários, possíveis candidatos, representantes de cargos eletivos, vereadores que compõem a zona eleitoral de Tangará da Serra, foi realizado nos dias 03 e 04, quinta- e sexta-feira respectivamente por parte do Tribunal Regional Eleitoral de Tangará da serra um Seminário de Direito Eleitoral eleições 2016.

O evento aconteceu no Auditório da Universida-

de de Cuiabá (Unic), onde duas palestras foram ministradas por noite.

A primeira delas tratou do tema, Inelegibilidades e Lei da Ficha Limpa com o Dr. Ricardo Gones de almeida, Juiz Membro do Pleno de TRE-MT, Especialista em Direito Empresarial da Fundação Getúlio Vargas. Já segunda palestra da noite, tratou dos Crimes e procedimentos penais eleitorais, com kelsen de França Magalhães, Analista Judiciário do TRE-MT.

Na segunda noite, a primeira palestra ministrada se ateve a Reforma Política Lei 13.165 de 29 de outubro de 2015 com o Dr. Paulo Cezar Alves Sodré, Juiz Membro do Pleno do TRE-MT, Juiz Federal e o

encerramento do evento tratou do Financiamento de campanhas eleitorais e controle social, com Daniel Ribeiro Taurines, Analista Judiciário.

De acordo com o Juiz Eleitoral da 19ª zona, João Francisco Campos de Almeida, o evento é de grande valia, levando em conta as eleições que se aproximam. “Eu acredito que auxilia bastante a condução das eleições de uma forma mais tranquila, além de dar mais atenção à política, das escolhas que fazemos, até mesmo das consequências como um todo. Sendo assim, esperamos que os conhecimentos aqui adquiridos sejam repassados, essa é nossa meta”, finalizou.



OPORTUNIDADE



Somente 50 produtores serão inseridos

Programa Pró Café chega a Tangará da Serra

>> **Rosi Oliveira**
Redação DS

Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do cultivo do café em Tangará da Serra, na quarta-feira, 09, às 14h, acontecerá no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), uma reunião onde serão apresentados aos interessados no cultivo do café, informações sobre seu plantio. “O Pró Café é um programa do Governo do Estado, do qual Tangará da Serra foi um dos dez municípios contemplados. Estaremos lançando o programa e catalogando os produtores que podem participar, portanto convidamos os interessados para participarem”, informou o secretário de Agricultura, Ander Santos.

De acordo com o secretário o programa visa

melhorar o plantel de café nas regiões.

“O programa consiste no fornecimento de insumos e mudas, sendo uma parceria do Governo do estado com a Embrapa e os municípios, onde o Banco do Brasil também será parceiro com créditos, e a contrapartida do produtor será a parte de irrigação e práticas cultivares”, explicou, salientando que somente 50 produtores serão inseridos e terão disponibilizadas cerca de mil mudas para cada.

O primeiro passo para os interessados no programa será a participação na reunião, onde todas as informações serão repassadas e cada caso será analisado para a adesão por parte do produtor.

Interessados podem tirar suas dúvidas na quarta-feira, às 14h, no IFMT.

EMPRESARIADO LOCAL

Em reunião, Ramos esclarece discussões sobre Decreto 380



Os esclarecimentos aos empresários tangaraenses foram repassados na última sexta-feira

>> **Fabiola Tormes**
Redação DS

O deputado estadual Wagner Ramos (PR) se reuniu no final da tarde da última sexta-feira, 4 de março, com alguns empresários e representantes de entidades do comércio de Tangará da Serra a fim de prestar esclarecimentos sobre seu trabalho na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, especialmente sobre seu enfrentamento ao Decreto 380/2015.

Para o parlamentar, que pediu vistas do projeto de decreto legislativo proposto pela deputada estadual Janaina Riva (PSD) e por Oscar Bezerra (PSB) para sustar os efeitos do Decreto nº 380/2015, que altera a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

em Mato Grosso, a derrubada do decreto governamental não seria o melhor caminho. “Nos dias de hoje dificilmente se derruba um decreto, busca-se um entendimento. E naquele momento havia todo um entendimento de derrubar o decreto governamental, pois sabíamos que o Decreto 380 não é muito bom para a classe empresarial. Assim, o chefe da Casa Civil me ligou no sentido de pedirmos vistas, para sentar com os empresários e haver uma negociação”, explicou. A votação ocorreu dia 24 de fevereiro.

As negociações iniciaram imediatamente entre Governo de Mato Grosso, uma comissão de empresários e deputados estaduais. A nova prorrogação foi acertada durante reunião entre o Governo de

Mato Grosso, através das Secretarias de Estado da Casa Civil e de Fazenda, com os deputados estaduais e representantes de entidades ligadas ao setor empresarial do Estado. O encontro dia 25 de fevereiro, no Palácio Paiaguás. “(...) e naquele momento encontramos um caminho: o governo suspendeu por mais 120 dias e com isso vai se montar uma comissão de deputados, empresários para encontrar o melhor caminho”, contou, ao destacar ainda que o Governo contratou a Fundação Getúlio Vargas que fará um novo modelo de tributação para o Estado. “E esse estudo acreditamos que vai gerar uma polêmica de mais de oito meses e com isso os empresários ganharam prazo, diferente do que poderia ocorrer se não tivéssemos

pedido vistas”.

SAIBA MAIS - O Decreto nº 380/2015 foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 29 de dezembro e entrou em vigor no dia 1º de janeiro. A reformulação do Decreto é uma das principais reivindicações apresentadas pelo setor empresarial do comércio e indústria de Mato Grosso. O Decreto chegou a ser prorrogado pelo governador Pedro Taques por 90 dias, ou seja, entrar em vigor no dia 1º de abril, como consta no Decreto nº 407/2016, publicado no último dia 20 de janeiro.

O pedido de prorrogação da suspensão do Decreto 380 até junho foi solicitado pelo deputado estadual Wagner Ramos, vindo a ser aceita a sugestão pelo secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques.